

Lei Complementar nº 38, de 05 de outubro de 2018.

CRIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA O SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído na estrutura da Câmara Municipal de Angelina, o Serviço de Controle Interno - SCI, com a finalidade de executar a verificação, o acompanhamento e as providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito Poder Legislativo Municipal, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

Art. 2º São atribuições do SCI:

I. Realizar o acompanhamento, avaliação e controle quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade dos:

- a) registros contábeis,
- b) processos licitatórios, a execução dos contratos e convênios;
- c) guarda de bens patrimoniais e almoxarifado da Câmara;
- d) controle de frequência dos servidores;
- e) concessão de diárias e vantagens;
- f) elaboração da folha de pagamento dos vereadores e servidores;
- g) uso, abastecimento e manutenção do veículo (s) oficial (is);
- h) uso dos telefones pertencentes ao órgão;

i) execução das despesas públicas com relação as suas etapas de empenhamento, liquidação e pagamento, em conformidade com a Lei 4.320/64;

j) das despesas públicas, inclusive as de pessoal em observância aos limites estabelecidos pela constituição e pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

II. Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III. Alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos de atos administrativos e de gestão fiscal, e também sobre a necessidade de medidas corretivas;

IV. Prestar informações sobre ações no âmbito da sua unidade de controle, em atendimento às decisões do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao que tenham recomendado ou estabelecido para a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomadas de contas especial;

V. Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre irregularidades e ilegalidades que possua conhecimento e também sobre as quais não foram tomadas as medidas cabíveis pela autoridade administrativa;

VI. Verificar a composição correta da prestação de contas anual sobre o a execução do orçamento e dos atos administrativos;

VII. Assinar Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara, conforme art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII. Emitir parecer acerca da legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

IX. Enviar remessa ao executivo das informações necessárias à consolidação das contas, forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente.

X. Controlar a divulgação da prestação de contas de gestão através da internet, na forma e prazo determinado pela Instrução Normativa N.TC - 20/2015.

Art. 3º A execução das atribuições do SCI deverá ser conferida a servidor de carreira da Câmara Municipal, com formação em curso superior, nomeado para a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle Interno.

Art. 4º Fica criada no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal, a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle Interno, com remuneração mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Art. 5º O SCI será assessorado permanentemente pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, mediante a emissão de manifestações escritas, encaminhadas no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de parecer.

Art. 6º O SCI cientificará o Presidente da Câmara Municipal mensalmente sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo conter, no mínimo:

I - as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara Municipal;

II - o cumprimento dos limites fiscais e constitucionais, e;

III - relato da apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidades, por ventura praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais;

§ 1º Constatada irregularidade ou ilegalidade pelo SCI, este cientificará o servidor público ou autoridade responsável para a tomada de providências, devendo proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º Não havendo a regularização relativa ao problema comunicado conforme o parágrafo anterior, ou, não havendo prestação de esclarecimentos suficientemente claros para eliminar a irregularidade ou ilegalidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis o fato será levado a conhecimento do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 7º O Chefe do SCI, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não tendo sido solucionada pelas providências previstas no artigo anterior, dela dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 74 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas decorrentes das providências advindas da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelina, 05 de outubro de 2018.

GILGERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal